

As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais

Keynesian ideas and product growth in local economies

Las ideas keynesianas y el crecimiento del producto en las economías locales

Jandir Ferrera de Lima*

Sinival Osorio Pitaguari**

Recebido em 04/11/2004; revisado e aprovado em 03/02/2005; aceito em 17/02/2005.

Resumo: Este artigo analisa as principais idéias que compõem o pensamento de John Keynes. Além disso, ele faz apontamentos sobre a aplicação dos postulados “keynesianos” na dinamização das economias locais, principalmente na expansão da renda através das atividades de exportação e da intervenção do Estado na economia.

Palavras-chave: Keynes; Teoria Econômica; Emprego; Renda; Economia local.

Abstract: This article analyzes the main ideas that compose the John Keynes thought. Moreover, it makes notes on the application of the Keynesian postulates in the dynamics of the local economies, mainly in the expansion of the income through the activities of exportation and of the intervention of the State in the economy.

Key words: Keynes; Economic Theory; Employment; Income; Local Economy.

Resumen: Este artículo analiza las ideas principales que componen el pensamiento de John Keynes. Por otra parte, hace notas sobre el uso de los postulados Keynesianos en la dinámica de las economías locales, principalmente sobre el crecimiento de la renta, con las actividades de la exportación y con la intervención del estado en la economía.

Palabras clave: Keynes; Teoría Económica; Empleo; Renta; Economía Local.

1 Os principais postulados da teoria geral de John Keynes

1.1 Introdução

Este artigo analisa os principais postulados que compõem o chamado pensamento “keynesiano”, oriundo do marco teórico proposto por John Maynard Keynes, na sua obra mais famosa: “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicada originalmente em 1936. Além disso, o artigo aborda o crescimento do produto nas economias locais tendo como base alguns conceitos keynesianos.

John Maynard Keynes (1883-1946), foi o economista mais influente do século XX. Seu pensamento foi um marco na crítica ao “*laissez-faire*” (livre mercado) e aos postulados do equilíbrio geral. Nascido na Grã-Bretanha, ele foi professor no *King’s College* de Cambridge, sendo sua formação teórica oriunda da teoria clássica de Adam Smith, David Ricardo, entre tantos outros, e teve como mestre o professor A. Pigou, sucessor de Alfred Marshall na cátedra de economia política.

Apesar de uma intensa vida acadêmica e pública, as idéias de Keynes serão difundidas

a partir da grande depressão de 1929, cujos efeitos se perpetuaram na década de 1930. Essa crise assumiu um caráter mundial, em grande parte, devido a depressão instaurada nos Estados Unidos da América (EUA). Durante essa crise, em torno de 85 mil empresas e 5 mil bancos faliram somente nos EUA. Cerca de um quarto da força de trabalho ficou desempregada e a renda nacional reduziu-se a menos da metade. Neste ambiente, Keynes ganhou campo para expor suas idéias e causar uma reviravolta nas doutrinas econômicas até então.

John Keynes questionou as idéias econômicas clássicas, cujos adeptos não aceitavam a possibilidade de erro nos seus postulados. A classificação de Keynes, sobre a economia clássica, engloba todos os economistas que o antecederam e que aceitaram como pressuposto a “lei de Say”, ou seja, a idéia que “a oferta cria sua própria demanda”. O Conceito de economia clássica que estamos mais familiarizados é aquele classificado pela lei do valor do trabalho, oriundos das obras de Adam Smith e David Ricardo. A crítica keynesiana baseia-se na tradição “marginalista”, também chamada de escola neoclássica.

Os neoclássicos interpretavam a crise

*Pesquisador associado do Groupe de recherche et d’interventions régionale (GRIR) da Université du Québec à Chicoutimi (UQAC) do Canadá, professor adjunto do colegiado de Economia e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. (jandir@unioeste.br e jandirbr@yahoo.ca)

**Professor auxiliar do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). (sinival@uel.br.)

da década de 1930 como um desajuste cíclico de curto-prazo. Para os neoclássicos não eram suas teorias que estavam erradas, mas as interferências artificiais, externas ao mercado, que provocavam as crises. O principal desvio, segundo eles, era a inflexibilidade dos salários provocada pela interferência dos sindicatos no mercado de trabalho e a influência danosa do Estado no sistema de mercado. Essa seria a razão do grande número de desempregados (HUNT & SHERMAN, 1977). Frente a estas interpretações, John Keynes começa a construir um corpo teórico capaz de destruir as bases dos pressupostos neoclássicos e infundir um novo modo de entender a economia, a partir de seus agregados.

1.2. Teoria Keynesiana do emprego

John Keynes, em um artigo intitulado “o fim do *laissez-faire*”, publicado originalmente em 1926, já fazia uma série de críticas as doutrinas liberais. No entanto, na sua principal obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicada originalmente em 1936, são montados os elementos de análise que vão questionar os pressupostos neoclássicos e gerar uma nova era no pensamento econômico. Na “Teoria Geral”, o economista inglês começa demonstrando que o desemprego não é causado pela recusa do trabalhador em aceitar uma redução de salário. Ele afirma que a taxa de desemprego pode variar sem que “haja qualquer mudança aparente nos salários reais mínimos exigidos pelo trabalhador ou na sua produtividade”. (KEYNES, 1970, p. 22). Assim, ele expõe da seguinte forma os dois postulados clássicos sobre o emprego, que vão ser alvos de duras críticas:

I. O salário é igual ao produto marginal.

Quer dizer que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (depois de feita a dedução dos outros custos que essa redução de produção evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser alterada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados”.

II. A utilidade do salário, quando se empregado volume de capital, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego .

Significa isto que o salário real de uma pessoa é o que precisamente basta (na opinião das

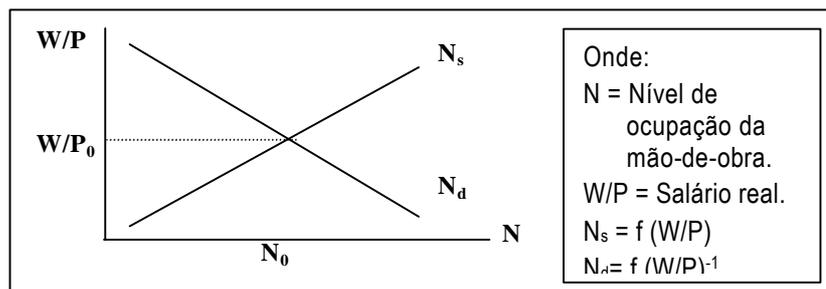
próprias pessoas empregadas) para provocar o afluxo do volume de mão-de-obra e efetivamente ocupado, com a qualificação de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre as unidades disponíveis para empregar-se, analogamente às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. (p. 18)

Keynes preservou o primeiro postulado e negou o segundo. Segundo a teoria clássica, o excesso de trabalhadores desempregados se deve a sua recusa em trabalhar. Os trabalhadores desempregados não aceitariam um salário nominal menor, que permitiria às empresas contratar mais mão-de-obra.

Esse argumento comete a falha técnica de subestimar a diferença entre o salário real e o salário nominal. Tanto que o trabalhador não estaria disposto a abandonar seu emprego com a alta dos preços, embora tenha resistência a perda do seu poder de compra. Em outras palavras, o trabalhador conhece sua posição relativa no mercado de trabalho, por isso, tenta preservar seus benefícios em relação às outras categorias de trabalhadores. Além disso, num período de recessão e altas taxas de desemprego, como a de 1929, os trabalhadores demitidos aceitariam facilmente ganhar menos num novo emprego para não ficarem desempregados.

Por outro lado, a idéia de flexibilidade dos salários (W), junto com os preços, era um elemento fundamental para os ajustes no equilíbrio de mercado. Se os salários fossem rígidos, isto é, se não oferecessem modificações rápidas no decorrer do tempo, a idéia do equilíbrio geral da economia no longo-prazo ficaria debilitada. Os ajustes rápidos nos salários possibilitariam com que o sistema buscasse sempre o ponto de equilíbrio no longo-prazo. A idéia da flexibilidade pode ser ilustrada com a figura 01.

Pela figura 1, o ponto de equilíbrio seria aquele em que o salário real (W/P) possibilitasse uma interação entre as curvas de oferta de mão-de-obra (N_s) e a demanda de mão-de-obra (N_d), a um dado nível de ocupação da mão-de-obra (N). Assim, o ponto de equilíbrio possibilitava volumes adequados de produção e de demanda, ou seja, a igualdade entre a oferta e a demanda. Para qualquer mudança que retirassem a economia do ponto de equilíbrio por-se-iam em ação forças que conduziriam a economia novamente ao equilíbrio (A). Teoricamente,

Figura 1: Equilíbrio no Mercado de Trabalho.

Fonte: Keynes, 1970.

estes ajustes somente seriam possíveis com a idéia da flexibilidade dos salários e preços (P), já que o W/P é ponderado sobre o nível geral de preços. Com isso, o equilíbrio de longo-prazo com pleno-emprego dos fatores de produção estaria sempre garantido. No entanto, para Keynes (1970), os salários não eram flexíveis. Ele vai demonstrar essa idéia a partir dos seus postulados sobre a determinação da renda.

1.3 Considerações sobre a determinação da renda.

A economia clássica desde David Ricardo, com exceção de Thomas Malthus, aceitava o postulado de Jean B. Say de que a oferta cria sua própria demanda. Além disso, os clássicos acreditavam que o total dos salários pagos no processo de produção era gasto na compra do produto. J. S. Mill (1986), na sua obra "Princípios de Economia Política", expressa da seguinte forma essa idéia:

Os meios de pagamento das mercadorias são as próprias mercadorias. O meio de pagamento de cada pessoa pelas produções de outros indivíduos, consiste daquilo que ela mesma possui. Todos os vendedores são inevitavelmente, e pelo significado da palavra, compradores. (MILL, 1986, p. 104).

Mill (1986) afirmava que qualquer aumento de produção leva necessariamente a um aumento equivalente dos meios de pagamento dessa produção. Como corolário a essa teoria, Marshall (1988) concluirá que a abstenção individual do consumo leva inevitavelmente a um investimento na produção de riqueza.

O Total da renda de um homem é despendido na compra de serviços e de mercadorias. De fato, diz-se usualmente que um homem gasta uma parte de sua renda e poupa a outra parte. Mas é um familiar axioma econômico que um homem compre trabalho e mercadorias com

essa parte de sua renda que ele poupa, assim como faz com a parte que ele gasta. Diz-se que ele gasta quando procura obter satisfação presente dos serviços e mercadorias que adquire. Diz-se que ele poupa quando ele faz com que o trabalho e as mercadorias que ele compra sejam aplicados na produção da riqueza de que espera derivar os meios de satisfação do futuro. (MARSHALL, 1988, p. 26-27).

Ora, para a teoria clássica está implícito que a renda não gasta por um indivíduo será utilizada pelos empresários. Os empresários investirão essa renda poupada pelas pessoas na compra de mercadorias e na contratação de trabalhadores para o aumento da produção. Em compensação, o poupador espera receber no futuro, o valor poupado acrescido de um ganho extra¹. Porém, para Keynes (1970), os clássicos enganavam-se ao pensar que as decisões de abster-se de um consumo imediato, estão ligadas a de prover um consumo futuro, quando não existe nenhuma relação simples entre elas. Admitida a igualdade entre o preço de procura e da oferta da produção, deduz-se então uma série de hipóteses sobre a taxa de juros, sobre o equilíbrio entre demanda e oferta de emprego, sobre o papel da moeda no sistema e as vantagens do *laissez-faire*. Para comprovar suas hipóteses, Keynes (1970) proporrá o princípio da demanda efetiva.

1.4 O princípio da demanda efetiva

Antes de tratar do princípio da demanda efetiva será ocasional definir alguns conceitos: O primeiro é o de *custo de fatores*, particularmente o custo do emprego da mão-de-obra. O segundo é o *custo de uso*, ou seja, o custo dos bens comprados a outros empreendedores mais o custo da utilização do seu equipamento. Cabe salientar que a diferença entre o valor da produção resultante e a

soma dos custos de fatores e de uso, é o lucro ou a renda do empreendedor.

Assim, o custo de fatores é a renda dos fatores de produção sob a ótica do empreendedor. A soma dos custos de fatores mais o lucro será a renda total resultante do emprego fornecido pelo empreendedor. Do ponto de vista do empreendedor, convém algumas vezes chamar produto de um dado volume de emprego, ao rendimento global (RE) que ele resulta, ou seja, o custo dos fatores mais o lucro. O preço da oferta global dos produtos resultantes do emprego é a retribuição esperada pelo empresário. O preço da oferta total é líquido do custo de uso, este só será somado ao preço da oferta total, no preço pago pelo comprador.

Dado o estágio da técnica, dos recursos e dos custos de fatores por unidade de emprego, o volume deste é fixado pelo montante que os empresários esperam receber da correspondente produção, ou seja, eles fixam o emprego no ponto de máximo da diferença entre o produto e o custo de fatores.

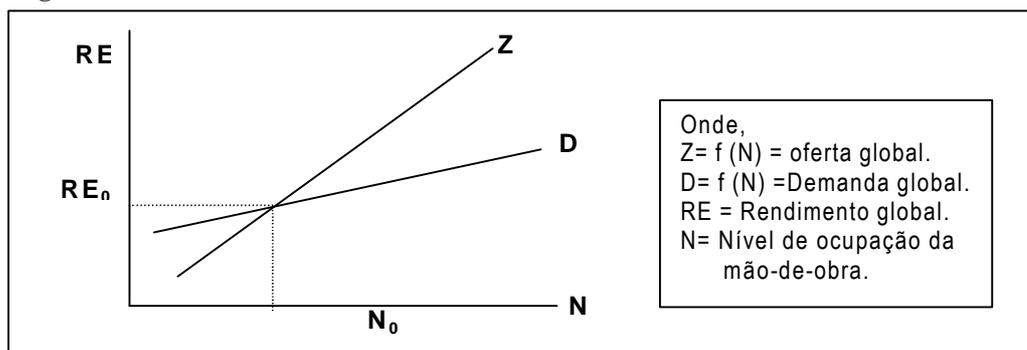
A figura 2 ilustra esta relação, onde Z é a oferta global resultante do emprego de N homens e D é a função de procura global. O volume de emprego fica estabelecido no ponto de intercessão da função da procura global com a função da oferta global. Neste ponto que são maximizadas as previsões de lucro dos empresários. A procura efetiva é definida como o valor de D no ponto de intercessão da função da procura global com a da oferta global. No momento que D for maior que Z há um estímulo para o aumento do emprego e a produção de novos bens, até o momento em que $Z=D$.

Para a doutrina clássica a qualquer volume de produção e de emprego, a fun-

ção de oferta global e a função de procura global seriam iguais. Na suposição que "a oferta cria sua própria procura", então "o preço da procura global (ou produto) sempre se ajusta a qual for o valor de N , o produto D adquire um valor igual ao preço da oferta global Z que corresponde a N ". (KEYNES, 1970, p.37 e 38). Assim, segundo os clássicos, o volume de emprego é indeterminado, salvo na medida em que a desutilidade marginal do trabalho lhe fixe um limite superior. Se isso fosse verdade, o pleno emprego seria facilmente atingido, pois a concorrência entre os empresários levaria sempre a um aumento do emprego, até que a oferta global desse, fosse inelástica. Neste ponto, um aumento da procura efetiva não levaria a um aumento da produção.

Supondo que os salários nominais e outros custos permaneçam sem variação monetária, quando o emprego aumenta, aumenta também a renda global. Como a propensão marginal a consumir é menor que um (1), o consumo aumentaria, mas não na mesma proporção do aumento da renda. A diferença entre o produto e o consumo é a poupança. A economia estará em equilíbrio se a poupança for igual ao investimento realizado pelos empresários. Quanto a isto, Keynes (1970) afirma que a justificativa para a criação de empregos reside na existência de investimentos que absorvam os excedentes de produção, mantendo ou até mesmo aumentando a receita dos empresários, estimulando-os a oferta de novos postos de trabalho. Então, dada a propensão marginal a consumir, os empresários ampliarão ou reduzirão o emprego, através do nível de investimento. O incentivo ao investimento depende da relação entre a escala da eficiên-

Figura 2: Demanda Efetiva



Fonte: Keynes (1970).

cia marginal do capital e o complexo das taxas de juros inerentes aos empréstimos de prazos e riscos diversos.

Assim só pode haver um nível de emprego compatível com o equilíbrio: $Renda = Consumo + Investimento$. Caso contrário, a procura global e a oferta global seriam diferentes. Este nível de emprego pode estar abaixo, mas não superior ao pleno emprego. Este fato atesta a relação mútua entre a propensão marginal a consumir e os incentivos para investir.

Frente a este aspecto, não é a desutilidade marginal do capital, expressa em salários reais, que determina o nível de emprego. O nível de emprego é determinado pela propensão marginal a consumir mais o investimento, que determina também o nível dos salários reais. Caso a propensão marginal a consumir e o montante do investimento resultem numa insuficiência da procura efetiva, o volume do emprego cai até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário real em vigor. Ocorre assim uma situação de desemprego involuntário. Este fato explica o paradoxo da "pobreza em meio à abundância", pois a insuficiência de procura efetiva não permite à economia de chegar ao seu ponto de pleno-emprego. Para Keynes (1970, p. 42) "a insuficiência da procura efetiva porá um freio ao processo de produção, ainda que o valor do produto marginal da mão-de-obra continue superior a desutilidade marginal desse volume de emprego".

Keynes (1970) observa também a tendência de se alargar a distância entre o produto real e o produto potencial quanto mais rica for a nação. Um país pobre tenderá a consumir quase toda a sua produção, sendo assim, um pequeno investimento garante o pleno emprego. Num país rico, a poupança será muito maior, pois a propensão marginal a consumir é mais fraca. Da mesma maneira, a dificuldade para que a poupança seja totalmente investida na produção será maior, com a agravante do capital acumulado ser muito grande.

1.5 Poupança, taxa de juros e investimento.

Se a satisfação dos indivíduos é a remuneração pelo seu trabalho, se o lucro é a remuneração pelo seu investimento, então os juros são a remuneração pela renda não-gasta, isto é, pela poupança. Na verdade do mesmo modo que o lucro é a "recompensa" ao capitalista por ele se comportar como capitalista produtivo, os juros são a "recompensa" do capitalista pelo seu desejo de continuar sendo capitalista, ainda que não seja capitalista produtivo. Ele é recompensado por se recusar a reter dinheiro na forma líquida, estéril, ou como afirma Keynes (1970), um prêmio por não entesourar sua renda.

No entanto, para haver equilíbrio na economia é preciso que a demanda por investimentos cresça em magnitude igual ao acréscimo da oferta global menos o acréscimo do consumo. O problema é que ninguém garante que isso ocorre, pois depende das expectativas dos empresários. Os empresários comparam o lucro esperado do investimento com a taxa de juros. Eles verificam a eficiência do investimento frente às alternativas de aplicação do capital e ao custo de tomar este capital junto aos bancos (KEYNES, 1987a).

Por outro lado, na teoria clássica a taxa de juros seria o preço de desequilíbrio entre a oferta de recursos existentes para o investimento e a procura destes pelos investidores. Qualquer taxa de juros daria pleno emprego e garantiria o equilíbrio entre a poupança e o investimento. Não se aceitava uma desigualdade entre ambos. Mas, para Keynes (1987, 1987a), a poupança depende muito mais do nível de renda, do que da taxa de juros. Esta por sua vez, seria definida pela relação entre a oferta (em geral inelástica, no curto-prazo) de moeda e sua procura. O dinheiro não é visto meramente como um numerário, mas como elo entre o presente e o futuro, como reserva de valor. O dinheiro como reserva de valor é estéril, não rende nem lucro nem juros. O desejo de manter o dinheiro como reserva de valor é um barômetro do grau de incerteza ao futuro. Com isso, a contrapartida exigida para o indivíduo separar-se dele destaca o montante de sua inquietação quanto aos dias que virão.

A taxa de juros é apenas um dos condicionantes do investimento, o outro é o lucro esperado do investimento, o que Keynes chama de *eficiência marginal do capital*. Quando o capitalista espera alcançar uma taxa de retorno (em forma de lucro) com o investimento em bens de capital, matéria prima e mão-de-obra maior do que a taxa de juros, ele certamente optará pelo investimento, como mencionado anteriormente. Keynes (1970, 1987a) estabelece então expectativas, baseado nas premissas que os agentes econômicos formam na tentativa de prever o movimento das variáveis econômicas, já que o seu ambiente é de incerteza. Num debate, Keynes (1987, p.151) afirmaria, que esta taxa de juros "... equipara as vantagens da posse do dinheiro e do direito futuro sobre este".

O investimento flutua por razões diferentes daquelas que determinam a propensão a consumir. Assim, só por coincidência a "brecha" entre o consumo e a renda será preenchida pelo investimento. Dada a propensão marginal a consumir (curto prazo), o volume de consumo está determinado pelo nível de renda. Mas, a renda é determinada pela produção de bens de consumo e de bens de capital. No entanto, decorre que os empresários acharão que vale a pena produzir uma quantidade de bens de consumo que vai depender da quantidade de bens de capital que eles estão produzindo.

Portanto, é o montante de investimento que determina o nível de emprego. E se o emprego e a renda global aumentam, nem todo emprego adicional será requerido para satisfazer as necessidades do consumo adicional. Este aumento do emprego só será vantajoso se um novo investimento vier a preencher a nova "brecha". Daí que Keynes (1985) admite que a regulação do investimento corrente não pode ficar abandonada apenas à iniciativa privada, caso contrário, as tendências às crises seriam mais freqüentes, vinculada um fluxo circular que poderia causar até mesmo uma depressão, até o momento que um fato novo viesse reverter o processo.

1.6 As idéias de Keynes e o crescimento do produto nas economias locais.

A análise keynesiana opera no campo da macroeconomia. No entanto, a partir de

1950 vários trabalhos científicos convergiram na adaptação dos conceitos keynesianos para explicar a dinâmica da economia regional e urbana. Desses trabalhos, pode-se citar os estudos clássicos de North (1956), Hirschman (1964), Isard (1972), Perroux (1982) e Lopes (1987). Conseqüentemente, essas análises clássicas forneceram elementos para a compreensão da dinâmica da economia local. Para o caso brasileiro, pode-se citar como referência os estudos de Souza (1981), Haddad (1989), Rippel e De Lima (1999) e De Lima *et all* (2004). Esses estudos têm como elo comum a aplicação da análise regional e dos pressupostos keynesianos para interpretar a dinâmica regional do Brasil e de algumas regiões ou municípios brasileiros.

Esses estudos partem do pressuposto que nenhuma região ou economia local é fechada, ou seja, elas interagem com a estrutura produtiva de outras regiões ou espaços. Nesse sentido, as economias locais mantêm uma estrutura de comércio inter-regional para dinamizar sua demanda efetiva. Sem contar é claro com a participação do setor público, através da política pública, visando a expansão do emprego e da renda. Assim, a base produtiva de exportação e os investimentos do setor público são elementos essenciais na dinamização das economias regionais ou locais.

Tomando como exemplo a economia local, no caso da base produtiva de exportação, ela utiliza as atividades de exportação ou de base como elemento-chave do seu crescimento econômico. Nesse sentido, o produto agregado local pode ser expresso pela seguinte equação:

$$Y = I + G + C + (X - M) \quad (01)$$

Na equação (01), I são os investimentos ou gastos dos empresários, G os gastos do setor público, C o consumo das famílias, X as exportações e M as importações. Assim, um aumento nessas variáveis causará uma expansão na renda ou produto da economia, expresso por Y. Por exemplo, uma expansão nas exportações (X) de um setor específico (a) estimulara a oferta de empregos. Por sua vez, novos postos de trabalho significam mais salários pagos e um aumento no consumo das famílias. O acréscimo no consumo das famílias representa um aumen-

to da demanda efetiva, principalmente nos setores que produzem para o mercado interno. Por isso, o efeito expansivo no produto local (Y) só será reduzido se um aumento nas importações (M) for mais expressivo que as exportações (X). A dinâmica da renda local, estimulada pelo setor exportador, será expresso pela equação (02):

$$\partial Y = \partial X (1/\partial S + \partial M) / \partial Y = \partial X (1/S_a + M_a)$$

Na equação (02), "a" representa o setor exportador e S o saldo da balança comercial ($X-M$). S_a e M_a representam a propensão marginal para a formação de um excedente de exportação. Esse excedente de exportação será o resultado da diferença entre a demanda efetiva local e o total produzido na economia. As exportações seriam um canal para complementar a demanda efetiva e garantir o dinamismo da economia local a longo-prazo.

Nessa lógica, a produção local pode ser dividida em produção para consumo interno local e excedente de exportação. A propensão para a produção de bens para o consumo interno local será:

$$\partial I = \partial Y i_a = \partial X (i_a/S_a + M_a) \quad (03)$$

Aceitando-se que as atividades exportadoras são capazes de dinamizar a economia local, então $1/S_a + M_a$ é o efeito multiplicador da economia local, onde i representa a taxa de juros. Esse efeito multiplicador é causado pela expansão das atividades exportadoras ou de base.

Deve-se ressaltar que o multiplicador keynesiano, transposto para as economias locais, é um instrumento simples para as generalizações do crescimento econômico local. Seu sucesso vai depender em muito do sucesso da escolha dos setores exportadores, da capacidade desses setores em gerarem excedentes, do perfil do consumo local ao longo do tempo e da capacidade da economia local em manter os superávits na balança comercial. Por isso, a hipótese da dinamização da produção e da demanda local, através da base de exportação, requer saldos positivos na balança comercial.

O segundo elemento de dinamização da demanda efetiva e da produção local é a ação do setor público, em particular dos gas-

tos públicos. Uma expansão na propensão a consumir do setor público (G) também causará um efeito de crescimento sobre a renda local. No entanto, esses gastos públicos são dependentes da capacidade de financiamento do Estado e da natureza da despesa pública. Por exemplo, uma expansão do gasto público na mesma proporção de um aumento nos impostos não surtirá um efeito multiplicador sobre a renda total. Keynes (1970) caracteriza essa situação como o teorema do orçamento equilibrado. Por outro lado, se o gasto público for efetuado para criar uma infra-estrutura capaz de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo, então a economia local melhorará suas condições estruturais de crescimento e desenvolvimento.

Para Keynes (1970), através de algumas políticas econômicas e dos dispêndios do governo, é possível obter-se o pleno-emprego ou chegar o mais próximo dele, utilizando-se da manipulação de algumas variáveis macroeconômicas, como segue:

- 1) A quantidade de moeda: Ela é tida como uma variável exógena, mas governo pode influir na taxa de juros, variando a oferta de moeda. Adotando que aumentam a oferta de moeda como, por exemplo, diminuindo a taxa de redesconto bancário, a taxa de juros do mercado deverá cair. Se a taxa de juros for baixa em relação à eficiência marginal do capital, a economia tende ao pleno emprego. No entanto, para Keynes (1985), estas medidas deveriam ser efetivadas de forma a não deturpar a credibilidade da moeda, o que poderia causar até mesmo a ruína da nação.
- 2) O efeito multiplicador do investimento: Ele depende da propensão a consumir e a poupar. Quanto mais concentrada for a renda nacional, menor será a propensão a consumir e maior a propensão a poupar da sociedade como um todo, portanto o efeito do multiplicador do investimento será reduzido. Adotando uma política fiscal distributiva de renda, o governo estará possibilitando uma elevação da propensão marginal à consumir, com isso, permitindo que a economia possa chegar ao pleno emprego. Dado a distribuição de renda e a propensão ao consumo, se o governo não conseguir baixar a taxa de juros, com sua

política econômica, o remédio é o próprio governo acrescentar seus gastos públicos, elevando a demanda efetiva para não frustrar as expectativas em que se baseia a eficiência marginal do capital. De forma irônica Keynes (1970, p.129) propõe:

A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica impedem uma solução melhor (...). Se o Tesouro se dispusesse a encher velhas garrafas usadas com notas de bancos, as enterrassem a profundidades convenientes em minas de carvão - abandonadas - que logo se cobririam com os detritos urbanos e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bens experimentados princípios do *laissez-faire*, o cuidado de desenterrar novamente as notas, o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade bem como a sua riqueza em capital fosse sensivelmente mais altas do que o são atualmente. Claro que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se a tanto se opõe dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.

Considerando as “dificuldades políticas e práticas”, referidas por Keynes (1970), a produção de “inutilidades” como as pirâmides, perdem o sentido de desperdício e servem como soluções. O importante é que os investimentos públicos não aumentem a capacidade de produção da economia. Nessa situação os investimentos têm que ser improdutivos. A contribuição principal que o Estado poderia dar ao aumento da produção seria garantir a demanda efetiva aos investidores privados. Frente a esta necessidade, a insuficiência de consumo é o grande causador de crises.

O próprio Keynes (1970, p.309-310) reconhece que dada as dificuldades de elevar o investimento, não há “outros meios de melhorar o nível de emprego além do de aumentar o consumo”. E mais adiante, “é improvável que o pleno emprego possa ser mantido com a propensão à existente, façamos o que fizermos com respeito ao investimento”.

A crise surge quando as expectativas, que geraram um determinado nível de eficiência marginal do capital são frustradas, eram falsas ou exageradas. O resultado é um sobre investimento seguido de um corte na demanda efetiva (pela retração do investimento e, portanto, do próprio consumo), o que significa um mergulho na eficiência

marginal do capital, além da elevação na taxa de juros, dado o aumento da incerteza e da inquietude em relação ao futuro. Neste caso, a economia entra em recessão e se inicia um processo cumulativo de retração de gastos e, portanto, do emprego. A saída da crise está na recuperação da eficiência marginal do capital.

Neste sentido, deve-se ressaltar que a própria crise prepara sua recuperação quando “a escassez do capital pelo uso, a deterioração e a obsolescência se torne bastante óbvia para aumentar a eficiência marginal” (KEYNES, 1970, p. 303). O problema é que ela não se recupera tão violentamente como cai. Assim, o período de crise pode ser doloroso demais. O que pode ser feito para acelerar a recuperação? Na “Teoria Geral”, John Keynes sugere medidas que modifiquem o padrão de renda da população, no sentido de melhorá-la, favorecendo a tendência ao consumo. A propensão a consumir conduziria a um aumento das atividades produtivas e ao crescimento econômico, melhorando também os ganhos dos empresários.

Com isso, frente à insuficiência de demanda, ou dos próprios investimentos, o Estado assumiria um papel preponderante e anticíclico na economia. Keynes (1970, p.356) só não admite que o Estado se envolva no setor produtivo, afirmando que “(...) não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir”. Ao Estado intervencionista caberia aquilo que a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse fazer.

Deve-se ressaltar que as alterações na demanda efetiva, advinda da expansão das atividades de exportação ou da despesa pública, têm três efeitos sobre a renda da economia local: um efeito direto associado à remuneração das famílias, que dependem do setor exportador; um efeito indireto, que vai estimular a produção dos setores não exportadores; um efeito induzido pelo acréscimo de renda causado pela expansão do emprego nos setores exportadores e não exportadores.

Portanto, esses dois elementos de dinamização da economia local não são únicos. Na realidade, a análise pormenorizada do crescimento econômico, a partir dos postulados keynesianos, foi proposta por Harrod (1966) com seu modelo Harrod-Domar. No

entanto, os dois elementos apresentados fazem uma ilustração das possibilidades de adaptação dos postulados keynesianos em escala local.

1.7 A crise do keynesianismo

A política econômica keynesiana pode amenizar as crises do capitalismo, pode retardar seu surgimento e acelerar sua recuperação. Porém, a intervenção do Estado tem limites econômicos e políticos, impedindo que as crises e os ciclos econômicos sejam eliminados. Mais grave ainda é que as políticas econômicas de que dispõe o Estado capitalista tendem a agravar as contradições que levarão a crises mais graves e profundas no futuro. Neste sentido, deve-se ressaltar as duas maiores contradições da política econômica keynesiana, quais sejam:

Em primeiro lugar, a possibilidade de o capitalismo manter a economia no pleno emprego é impossível, a menos que sejam eliminadas as inovações técnicas nos meios de produção e no processo de trabalho. No entanto, são essas inovações que permitem o aumento dos lucros.

Mesmo que fosse possível a manutenção do pleno emprego, isso traria sérios problemas aos capitalistas, pois traria um maior poder de barganha aos trabalhadores, para obter ganhos de salários reais. Isso faria baixar a taxa de lucro, ou a eficiência marginal do capital, diminuiria os investimentos e a economia poderia entrar em crise. Para não falar na possibilidade de acirramento da luta pelo poder político entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. A manutenção do pleno emprego, numa economia capitalista não só é impossível, como é indesejável, aos capitalistas. Normalmente, os curtos períodos onde a economia chega próxima ao pleno emprego, apenas preconiza a crise que vem logo a frente.

Em segundo lugar, a política de intervenção do Estado na economia, em favor da acumulação de capital, mais cedo ou mais tarde, esbarra no limite da capacidade de financiamento do próprio Estado. De acordo com Sutcliffe (1979), apesar dos dispêndios do Estado fomentar o consumo de produtos e realizar a mais-valia gerada no sistema produtivo, as mesmas exigem financi-

amento causando a elevação da carga tributária sobre salários e lucros.

Keynes (1970, 1985) defendia três tipos de intervenção do Estado na economia: a política monetária, para controle da taxa de juros, de forma a garantir a eficiência marginal do capital; a política fiscal, para intervenção na distribuição de renda, de forma a controlar a propensão marginal a consumir a poupar e a investir; e por fim, a política de gastos públicos, para sustentação da demanda efetiva. Destarte, a partir da II Guerra Mundial, incorporou-se ao receituário keynesiano, o investimento público em empresas estatais, normalmente em setores menos rentáveis e de um prazo maior para maturação dos investimentos. Essas empresas normalmente produzem insumos, que são vendidos a preços subsidiados às empresas privadas.

O conjunto dessas políticas leva ao crescimento do endividamento do Estado e a possibilidade de “espiral” inflacionária, quando o financiamento dos gastos públicos se dá pela emissão desordenada de moeda. Assim, a partir de um momento o Estado já não é mais capaz de continuar financiando a acumulação de capital. Nesse momento a própria política keynesiana, passa ser responsabilizada pela crise. Todos se voltam contra o Estado esbanjador, como o principal culpado pelo déficit público, pela inflação e pela crise. Nesse momento a crise econômica assume também, o conteúdo de uma crise política de Estado, levando a uma reflexão sobre o seu real papel.

De certa forma, os acontecimentos que se seguiram após a década de 1970, em que a economia mundial mergulhou num processo de estagflação, contribuiu para questionar os “remédios” keynesianos na atualidade. Fato que processou a retomada dos paradigmas rechaçados pela “Teoria Geral”. O retorno dos postulados clássicos, agora com uma “roupagem” mais moderna, vem de encontro a uma ciência econômica em crise, principalmente frente aos “velhos” problemas, como desemprego e inflação, cujas soluções temporárias não tem garantido o seu extermínio no longo-prazo.

2 Conclusão

A grande contribuição de Keynes no campo da teoria econômica, de certa forma, foi tornar a ciência econômica novamente política. Com isso, a economia, enquanto ciência, não está isenta de valores e consequentemente está à mercê das intervenções governamentais e dos grupos que mantêm o poder institucional. Estas intervenções teriam como objetivo básico corrigir as distorções do sistema capitalista, cuja tendência às crises cíclicas foi aceita por economistas de diferentes doutrinas e correntes do pensamento. O fato da necessidade da intervenção por si só estabelece que o sistema não tende “necessariamente” a um equilíbrio ótimo e até mesmo adequado aos agentes econômicos. Em vista disso, a espera de uma possibilidade de equilíbrio no longo-prazo poderia conduzir a crises profundas no curto-prazo, causando desemprego e recessão.

Junto ao postulado da demanda efetiva, Keynes estabelece parâmetros teóricos para a necessidade do consumo. O sistema capitalista na sua essência não sobrevive sem o consumo. Conseqüentemente, as garantias de renda e ocupação são os fatores determinantes para que a atividade produtiva mantenha seu volume de investimentos, garantindo assim o processo de crescimento da economia.

Com a crise atual das economias emergentes, principalmente depois de ajustes efetuados sob o escopo da economia neoclássica, a obra de Keynes serve como marco reflexivo para a viabilidade das transformações que vem sendo postas em marcha nos mercados emergentes, em especial o Brasil.

Nota:

¹ Na versão moderna da teoria clássica, elaborada já no início do século XX, não se encontra na ação da moeda, um fator que pudesse distorcer gravemente a teoria da produção elaborada por Mill (1986) sobre uma base de trocas reais.

Referências

- DE LIMA, Jandir F.; PIACENTI, Carlos A.; ALVES, Lucir R. e PIFFER, Moacir. A localização e as mudanças da distribuição setorial do PIB nos estados da região Sul (1970-1998). In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004. 1 CD-ROM.
- HADDAD, Paulo (org). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.
- HARROD, Roy. *Towards a dynamic economics*. 9. ed. New York: Macmillan, 1966.
- HIRSCHMAN, Albert. *Stratégie du développement économique*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1964.
- HUNT, Edward & SHERMAN, H. *Macroeconomia*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- ISARD, Walter. *Méthodes d'analyse régionale*. v. 1: Équilibre économique. Paris: Dunod, 1972.
- KEYNES, John M. A teoria ex ante da taxa de juros. In: *Literatura Econômica*, 9 (2): 165-172, 1987.
- _____. *Inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas).
- _____. Teorias Alternativas da Taxa de Juros. In: *Literatura Econômica*, 9 (2): 147-158, 1987a.
- _____. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (Tradução do original em inglês 1936). São Paulo: Atlas, 1970.
- LOPES, Simões. *Desenvolvimento regional*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste, 1987.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. v. II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).
- MILL, John S. *Princípios de Economia Política*. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1986. (Os Economistas).
- NORTH, Douglas C. Location theory and regional economic growth. In: *Journal of political economic*, 63(3): 243-258, 1956.
- PERROUX, François. *Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?* Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1982.
- RIPPEL, Ricardo; DE LIMA, Jandir F. Encadeamentos produtivos e desenvolvimento regional no município de Toledo (PR): o caso da Sadia-Frigobrás e das indústrias comunitárias. In: CASIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (org.). *Agronegócio e desenvolvimento regional*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999, p. 31-56.
- SOUZA, Nali J. de. Estrutura espacial da indústria gaúcha 1975-1979. In: *Perspectiva econômica*. v. 11, n. 34, pp. 39-100, 1981.
- SUTCLIFFE, Brian. O keynesianismo e a estabilização das economias capitalistas. In: NORE, P & GREEN, F. (org.) *A economia: um antitexto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 195-214.